



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 118

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 015ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
01 DE DEZEMBRO DE 2004**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Marcos Isfer e Alexandre Curi.

Às dezesseis horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2161**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das Proposições de Veto - itens 01, 02, 03, 04, 05,

06, 07, 08 e 09 da Sessão Extraordinária, Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) NATÁLIO STICA

**REQUERIMENTO Nº 2162**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER destaque de votação para a Proposição nº 02/2004, Projeto de Lei nº 126/2003, do item 01 da pauta da Sessão Extraordinária do dia 01.12.2004.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2161, de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições de Veto - itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento solicitando destaque para o item um. Neste instante estará sobre a Mesa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Transformo o seu requerimento verbal em requerimento escrito.

Está em votação o Requerimento nº 2162, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando destaque de votação para a Proposição nº 02/2004, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 126/2003, item 01 da pauta da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos votar inicialmente o item um.

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 02/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que dispõe alterar dispositivos da Lei nº 11.721, de 20.05.97, que definem normas para o Poder Executivo instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar para alunos da rede pública do ensino do

Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 313/2003

Curitiba, 10 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 276/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 126/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar dispositivos da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, que definem normas para o Poder Executivo instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar para alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

O projeto de lei em causa não mereceu acolhimento, em face de pareceres expendidos pelas Secretarias de Estado da Educação, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, todos considerando a medida, assim como está posta, inexecutável e desnecessária porque, com base nas normas legais vigentes, bem como em convênios celebrados com as municipalidades e em conformidade com recursos orçamentários programados, o assunto vem merecendo o devido atendimento. Destaca-se, ainda, o fato de a Secretaria de Estado da Educação estar procedendo estudos com vistas a uma nova e melhor forma de apoio do Estado ao “Transporte Escolar de 2004”.

Esses os motivos que me levaram a vetar projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 126/2003 encontra-se publicado no DA nº 007/2003, de 18.03.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 02/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, objeto de veto do Governador, visa alterar dispositivos da Lei nº 11.721, de 20.05.97, que definem normas para o Poder Executivo instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar para alunos da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o veto é ao Projeto 126/2003, que visa disciplinar a transferência de recursos do transporte escolar. Peço a gentileza do voto dos Srs. Deputados pela não manutenção deste veto.

O projeto visa transferir os recursos do transporte escolar direto aos Municípios. Não precisamos de passeio de recursos públicos na educação. O Município já tem o Conselho Municipal de Educação, que hoje, em função do FUNDEF, está muito bem fiscalizado e acompanhado pela sociedade. Esses recursos indo direito para o Município, onde terão a fiscalização do Tribunal de Contas, em conta específica para o transporte escolar, fazem com que tenhamos uma maior agilidade e tenhamos o atendimento da questão da educação lá na ponta.

Por isto, Sras. e Srs. Deputados, solicito o apoio e o voto para a não manutenção do veto, por entender que a educação só ganha com o projeto apresentado e apreciado em pauta, através do item um.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para Encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha pela manutenção do veto deste projeto, para que tenha o controle em relação a esta verba.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Marcos isfer, 1º Secretário, à chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

**(Procede a chamada nominal para votação)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às Deputadas Luciana Rafagnin e Elza Correia e Deputado Carlos Simões, para procederem ao escrutínio dos votos.

42 Srs. Deputados votaram: 35, NÃO; 07, SIM.

**Rejeitado.**

Derrubado. O veto será encaminhado ao Sr. Governador para a devida sanção.

Conforme requerimento de autoria do Deputado Natálio Stica, acima aprovado, serão votados os itens 2 a 9.

#### ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 50/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 017/2003, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da

estrada municipal que liga a cidade de Coronel Domingos Soares ao Km 1,5 da PR 449 no Município de Palmas, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 111/2004

Curitiba, 22 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 101/2004, dessa Presidência, e de comunicar a V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 017/2004, por julgá-lo, contrário ao interesse público, dada a inoportunidade da medida e inexistência de recursos orçamentários para atendê-la.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a administração e manutenção da estrada que liga o Município de Coronel Domingos Soares ao quilômetro 1,5, da Estrada PR-449, no Município de Palmas.

A Secretaria de Estado dos Transportes, ouvida sobre o projeto de lei em, referência, manifestou-se, objetiva e sucintamente, no sentido de veto à medida, através do Ofício nº 285/2004, firmado pelo Titular da Pasta, dizendo:

“Recebemos o despacho dessa Casa Civil, datado de 04 de junho de 2004, por meio do qual V. Exa. encaminha o Projeto de Lei nº 017/2004, que objetiva transferir o domínio do Estado, na figura do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, a administração e manutenção da estrada que liga o Município de Coronel Domingos Soares ao quilômetro 1,5 da PR-449, no Município de Palmas.

A propósito do assunto, a Coordenação de Planos e Programas de Transportes - CPPT, dessa Secretaria, através da Informação nº 012/2004, manifesta que não há no Orçamento do DER/PR do corrente ano, previsão de recursos para a conservação e manutenção do citado trecho municipal.

Diante do exposto, e considerando a necessidade de priorizar os recursos disponíveis para a recuperação da malha rodoviária estadual, entendemos que o referido projeto de lei não deve prosperar.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 017/2004, encontra-se publicado no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 050/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 17/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, objeto de veto do Governador, dispõe sobre a estadualização da Estrada Municipal que liga a cidade de Coronel Domingos Soares ao Km 1,5 da PR 449 no Município de Palmas, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

### ITEM 03

**DISCUSSÃO ÚNICA-** da Proposição nº 57/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 069/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.275, de 29/12/2003. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 133/2004

Curitiba, 26 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 129/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 069/2004, por julgá-lo, contrário ao interesse público, face sua inexecutividade, tendo em vista que as Leis Orçamentárias não comportam tal tipo de alteração e, ainda, por faltar dados mais detalhados, observando-se que na justificativa para a medida é citada lei não mais vigente.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 069/2004, encontra-se publicado no DA nº 016/2004, de 22/03/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 057/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 069/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, objeto do veto do Governador, altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei Orçamentária.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 04

**DISCUSSÃO ÚNICA**- da Proposição nº 068/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 037/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura do Município de Marmeleiro o imóvel denominado área institucional, localizado dentro do quadro urbano do Conjunto Habitacional Araucária, de casas populares no Município de Marmeleiro. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 168/2004

Curitiba, 16 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 122/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 037/2004, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que possibilitam sua utilização por órgãos da administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 037/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura do Município de Marmeleiro, o imóvel denominado área institucional, localizado dentro do quadro urbano do Conjunto Habitacional Araucária, na sede do Município de Marmeleiro, contendo a área superficial de quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados (4.494,21 m<sup>2</sup>), dentro dos seguintes limites e confrontações: tem seu ponto de partida na Rua Marginal, interseção com o lote nº 11 da quadra nº 03, onde denominou-se o marco 0-PP no rumo 74º45'0" NE, mediu-se 90,56 metros, confronta-se com os lotes nºs 11, 13 e 16 da quadra nº 03; desta deflete à direita no rumo 30º45'0" SE, mediu-se 45,50 metros, confronta-se com a rua projetada "E", deste reflete à direita no rumo 74º45'0" SW, mediu-se 114,48m, confronta-se com o lote nº s/nº com 243,42 m<sup>2</sup>

da quadra nº 03, lotes nº 02 a 08 e 10, da quadra nº 03 e deste reflete à direita no rumo 00º15'00" NW mediu-se 45,39m, até o marco 0-PP, início do caminharmento, confronta-se com a Rua Marginal. O presente imóvel matrícula nº 9.121 é originário do Registro R-6 da matrícula nº 5.834 do livro 02 do Primeiro Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, feito em data de 14 de maio de 1982.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o artigo anterior será utilizado para instalação de prédio escolar municipal, sendo vedada destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROPOSIÇÃO-VETO Nº 068/2004**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 037/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, objeto do veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**Em votação.**

**A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)**

Vou colocar uma questão que me incomoda há dois anos. Talvez nem devesse, mas vou fazê-lo, por uma questão de manter a minha coerência.

Fico muito encabulada, sinto-me incomodada quando, entro na cabine para as votações secretas e de acordo, não sei como é que os votos acabam sendo escondidos, jogados debaixo da mesa. Isso não é legal, porque normalmente tenho que buscar uma cédula debaixo da mesa ou onde ele está. Acho que não procede com o nosso comportamento na Assembléia Legislativa.

Tenho grande respeito e consideração pelos meus colegas. Incomoda a mim e a outras pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, acho que quem está fazendo essa brincadeira deveria parar, porque quando

entramos na cabine, já entramos sabendo, decidido como vai votar. Portanto, a mim, pessoalmente, incomoda profundamente ter que me abaixar para procurar a cédula que me interessa para votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou solicitar a um funcionário da Mesa, aqui, que faça vistoria e coloque as cédulas nos devidos lugares.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados o voto SIM, pela manutenção do veto, e peço à Bancada de Apoio ao Governo e aos demais Deputados o voto SIM na votação em bloco que faremos a seguir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados, para Votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

**(Faz a chamada nominal para votação)**

Quarenta e oito Deputados votaram:

Vinte e dois (22) SIM; dezesseis (16) NÃO, dois (2) NULOS; e um (1) BRANCO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Foram mantidos os vetos dos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.**

## ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003 de autoria do Ministério Público - Ofício nº 841/2003, que objetiva dar nova redação ao artigo 141, inciso VI, da Lei Complementar nº 85, de 27.12.99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CF.

Em votação o projeto ressalvada a emenda da CF.

Em votação o projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CF.

**Aprovada.**

## ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2004 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 27/2004, que altera incisos do artigo 28 da Lei Complementar nº 4087 (Estatuto da Procuradoria do Estado). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CF.

Em votação o projeto ressalvada a emenda da CF.

Em votação o Projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CF.

**Aprovada.**

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2004 de autoria da Procuradoria Geral do Estado - Ofício nº 1482, que altera o artigo 1º parágrafo único da Lei nº 11.171/95 - Ministério Público. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/2004, de 11.08.2004 - em Ofícios).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 299/2004

P A R E C E R :

#### Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado, foi encaminhado pelo Chefe do Ministério Público, acompanhado do Ofício nº 1842, 2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tendo como proposta alterar o artigo 1º e o parágrafo único da Lei nº 11.171/95, e dá outras providências.

Na justificativa o autor diz que “a Lei Estadual nº 11.171, de 06 de setembro de 1995, base jurídica da remuneração dos membros do Ministério Público, em seu artigo 1º, parágrafo único, dispõe: “A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar à do Procurador Geral da República, observada, sempre, a gradação do artigo 47, da Lei Federal nº 8.625/93, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei”.

A limitação imposta ao Procurador de Justiça foi alterada pela Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998, que estabeleceu diversas modificações na administração pública, como por exemplo, o teto remuneratório, consoante nova redação dada aos artigos 37, inciso XI e 93, inciso V, da Constituição da República.

No entanto, a Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, ao dar nova redação ao inciso XI, do artigo 37, da Carta Magna, fixou novo teor às remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores públicos, que não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nos Estados, os subsídios do Procurador de Justiça foram limitados a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/2003, estabeleceu que, até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o artigo 37, XI, da Constituição Federal, será considerado para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e parcela recebida em razão de tempo de serviço.

Assim, a supracitada legislação estadual está a merecer adequação à Constituição da República, impondo que seja alterada para recepcionar o novo critério estabelecido pela Emenda Constitucional nº 41/2003”.

#### Da Fundamentação do Parecer

Quando aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, estando, portanto presente o princípio de admissibilidade.

O artigo 96, inciso II, letra b, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, que dispõe "...cabe aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo...(b) a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver".

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 299/2004**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, dispõe sobre o vencimento do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

#### **Conclusão**

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Lei, entende que a apresentação da proposta está dentro da competência exclusiva do Procurador-Geral de Justiça, com base no artigo 96, da Constituição Federal.

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 299/2004, por

entender que o mesmo está, apenas, adequando a Lei nº 11.171/95 ao novo critério estabelecido pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 299/2004**

Art. 1º - Fica alterado a redação do *caput* do artigo 1º e de seu parágrafo único e acrescentando parágrafo 2º, da Lei nº 11.171, de 06 de setembro de 1995:

"Art. 1º - O vencimento do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.732,91 (quatro mil setecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos).

§ 1º - A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar a do Procurador-Geral da República, observada, sempre, a graduação do artigo 47, da Lei Federal nº 8.625/93, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei.

§ 2º - O abono referido nas Leis nºs 9.655/98 e 10.474/2002, aplicado ao Ministério Público Estadual pela Resolução nº 07/2003 da Procuradoria-Geral de Justiça, possui caráter indenizatório, nos termos da Resolução nº 245/2002 do Supremo Tribunal Federal."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de agosto de 2004.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(a) ELIO RUSCH  
Presidente e Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.